
Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ

**(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do
Ceará – PROFISCO II)**

**Informações financeiras em 31 de
dezembro de 2019 e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras

Aos Administradores da
Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Ao
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Opinião

Examinamos as informações financeiras do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II (“Programa”), que compreendem a demonstração de investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, expressas em dólares estadunidenses, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II (“Programa”), executado pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ, financiado com recursos do contrato de empréstimo nº 4436/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com aportes do Governo do Estado do Ceará.

Em nossa opinião, as informações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os investimentos acumulados do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II, em 31 de dezembro de 2019, e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com a base contábil de regime de caixa, descrita na Nota 2 às informações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Desequilíbrio nos patamares de comprometimento de recursos do programa

Conforme descrito na Nota 6 às informações financeiras, o volume de aporte do Governo do Estado do Ceará está em 48 pontos percentuais acima do orçamento total acumulado, que destina 9,09% de contribuição local, considerando também contrapartida aportada pelo BID. A adequação desse patamar, segundo a administração, ocorrerá até a execução final do contrato. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.



Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Outros assuntos

Base de elaboração das informações financeiras e restrição de uso

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 às informações financeiras, que descreve sua base de elaboração. O presente relatório sobre as informações financeiras destina-se apenas a informação e uso da administração Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, não sendo destinado ao uso, nem podendo ser utilizado por outras partes que não expressamente especificadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas informações financeiras

A administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2 às informações financeiras. Isso inclui determinar que a base contábil de regime de caixa é uma base aceitável para a elaboração das informações financeiras nas circunstâncias, assim como para os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das informações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Programa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das informações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Programa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das informações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas informações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Guia de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Programa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Programa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas informações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Programa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das informações financeiras, inclusive as divulgações e se essas informações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de julho de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contador CRC PE-020549/O-6

Demonstração de Investimentos Acumulados
Em 31 de dezembro de 2019
Em dólares estadunidenses

Categorias de Investimento conforme Contrato	Orçamento Vigente			Acumulado antes do Exercício 2019			Movimento do Exercício 2019			Acumulado ao final do Exercício 2019			Orçamento a Realizar		
	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
	(1)=(2)+(3)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7).	(8).	(9)=(7)+(8)	(10)=(4)+(7)	(11)=(5)+(8)	(12)=(10)+(11)	(13)=(14)+(15)	(14)=(2)-(10)	(15)=(3)-(11)
AI. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	30.337.540,00	27.004.207,00	3.333.333,00	706.925,46	970.087,35	1.677.012,82	1.473.633,06	237.223,64	1.710.856,70	2.180.558,53	1.207.310,99	3.387.869,52	26.949.670,48	24.823.648,47	2.126.022,01
AII. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	37.839.350,00	34.172.683,00	3.666.667,00	2.594.108,03	3.360.768,10	5.954.876,13	3.369.823,89	477.752,74	3.847.576,63	5.963.931,93	3.838.520,83	9.802.452,76	28.036.897,24	28.208.751,07	- 171.853,83
AIII. Administração Financeira e Gasto Público	7.703.400,00	7.703.400,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.703.400,00	7.703.400,00	-
B1. Gestão do Programa - Monitoramento	178.000,00	178.000,00	-	5.254,55	-	5.254,55	28.224,42	-	28.224,42	33.478,96	-	33.478,96	144.521,04	144.521,04	-
B2. Gestão do Programa - Avaliação	240.000,00	240.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	240.000,00	240.000,00	-
C. Contingências	701.710,00	701.710,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	701.710,00	701.710,00	-
TOTAIS	77.000.000,00	70.000.000,00	7.000.000,00	3.306.288,04	4.330.855,45	7.637.143,49	4.871.681,37	714.976,37	5.586.657,75	8.177.969,42	5.045.831,82	13.223.801,24	63.776.198,76	61.822.030,58	1.954.168,18

Demonstração dos fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2019
Em dólares estadunidenses

	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do exercício	8.701.007,93	4.346.003,90	13.047.011,83
Durante o exercício	5.018.758,76	709.729,46	5.728.488,21
+ Desembolsos (Antecipação/Pagto Direto etc)	5.017.203,94	512.354,70	5.529.558,64
+ Rendimentos de aplicações financeiras ⁽¹⁾	-	197.374,75	197.374,75
+ Ajuste de exercícios anteriores	1.554,82	0,00	1.554,82
Total de Recursos Recebidos	13.719.766,69	5.055.733,35	18.775.500,04
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do exercício	3.404.549,01	4.330.855,45	7.735.404,46
Durante o exercício	4.871.681,37	714.976,37	5.586.657,75
+ Justificativa de desembolso apresentada ao BID	5.479.616,90	1.314.660,57	6.794.277,47
- Desembolsos de anos anteriores justificados no exercício (2)	-949.025,32	-604.509,17	-1.553.534,49
+ Pagtos pendentes de comprovação/justificativa	341.089,80	4.824,98	345.914,77
Total de Desembolsado	8.276.230,38	5.045.831,82	13.322.062,20
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO EXERCÍCIO	5.443.536,31	9.901,53	5.453.437,83

*A nota explicativa nº. 03/2020 anexa é parte integrante desta Demonstração Financeira.

(1) Recursos de rendimentos de aplicações financeiras transferidos para Tesouro Estadual como aporte suplementar de contrapartida local conforme artigo 4.04 das Normas Gerais do contrato de empréstimo.

(2) Conta redutora para não duplicar os valores de Recursos e Desembolsos de anos anteriores no exercício. Valor pendentes de comprovação do ano anterior.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ **(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)**

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

Sem prejuízo do uso ou da adaptação às circunstâncias das notas julgadas necessárias conforme as sugestões das NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ou NIC/IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a título de ilustração apresentam-se a seguir os assuntos comumente tratados nas notas, sem que estas constituam uma relação exaustiva ou impliquem sua aplicação em todos os casos.

Esclarecemos que as Informações financeiras e contábeis são extraídas automaticamente do Sistema S2GPR (Sistema de Gestão Governamental por Resultado).

1. Descrição do Programa

O Estado do Ceará, por meio da celebração do Contrato nº 4436/OC-BR, aderiu a linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de instituir e fomentar o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II -CE.

O custo total do Programa é de **US\$ 77.000.000,00** (setenta e sete milhões de dólares) sendo **US\$ 70.000.000,00** (setenta milhões de dólares) financiados pelo BID e **US\$ 7.000.000,00** (sete milhões de dólares) referentes à contrapartida do Governo do Estado do Ceará.

O **Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II – Ce** objetiva contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

Para atingir o objetivo indicado, o Programa financiará atividades em torno dos seguintes componentes:

Componente I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

Este componente tem como objetivo melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e a relação do fisco com os contribuintes. E, financiará:

- a) A melhoria da gestão estratégica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), melhorando, integrando e automatizando seus 5 (cinco) principais processos (planejamento estratégico, planejamento financeiro, assessoria, gestão de projetos e gestão de processos).
- b) O fortalecimento do ciclo de projetos fazendários, por meio de: (i) introdução de metodologias e ferramentas para apoiar as fases de programação, preparação, execução/monitoramento e avaliação de projetos; (ii) a capacitação em temas relacionados a gestão de projetos; e, (iii) a implantação de um sistema para o acompanhamento do planejamento estratégico.
- c) A otimização dos procedimentos de gestão de pessoas, por meio da implantação de: (i) procedimentos automatizados para a gestão de competências de pessoal da SEFAZ; (ii) sistema integrado de gestão de pessoas; (iii) sistema integrado de gestão de ética; e, (iv) programa de capacitação contínua com uso de tecnologia de Educação à Distância (EAD).
- d) A modernização da plataforma tecnológica de software e hardware da SEFAZ, por meio de: (i) implantação de modelo de gestão de tecnologias de informação e comunicações (TIC); (ii) modernização do parque tecnológico; (iii) implantação de um modelo de gestão da informação em nuvem (iCloud) e ferramentas de tratamento de dados; (iv) migração dos 5 (cinco) sistemas críticos da SEFAZ para plataforma baixa (baseada em micro e mini computadores); (v) implantação de metodologia de desenvolvimento de aplicações e de auditoria de qualidade de software; e, (vi) implantação de uma plataforma de dados tipo big data.
- e) A melhoria e automatização dos procedimentos de gestão de compras, por meio de: (i) implantação do sistema integrado de gestão de compras e (ii) automatização dos procedimentos de gestão de contratos de compras de bens e serviços.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ

(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

f)

g) A melhoria da relação fisco/sociedade, com a modernização dos 3 (três) principais programas de comunicação com os contribuintes-cidadãos: (i) programa de educação fiscal; (ii) programa de controle social; e, (iii) programa de modernização da comunicação organizacional.

Componente II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias. E, financiará:

a) A melhoria dos instrumentos de apoio à política tributária, por meio de: (i) atualização da legislação tributária e melhoria de sua consulta; (ii) implantação de um sistema de controle dos benefícios fiscais (controle dos requisitos para uso dos benefícios fiscais e da avaliação de sua efetividade); e, (iii) implantação de metodologia de estimativa da evasão.

A simplificação das obrigações tributárias, por meio de: (i) implantação do novo sistema de gestão do cadastro de contribuintes integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM); (ii) complementação das funcionalidades do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); e, (iii) implantação do sistema de gestão de importações integrado ao portal único do comércio exterior.

b) A modernização da fiscalização e da inteligência fiscal, por meio da implantação de: (i) ferramentas de apoio para tratamento de grande volume de informação; (ii) sistema de controle eletrônico de operações fiscais junto aos maiores contribuintes; e, (iii) atualização do sistema integrado de gestão tributária.

c) A melhoria do controle de mercadorias em trânsito, por meio de: (i) modernização de 7 (sete) postos fiscais, equipados com controles eletrônicos, balanças, equipamentos de informática e rede de comunicação; (ii) implantação de sistema de controle de mercadorias aprendidas; e, (iii) complementação das funções do Centro Integrado de Operações Fiscais (CIOF).

d) A integração dos processos do contencioso fiscal e da dívida ativa com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), por meio da implantação de: (i) processo administrativo tributário eletrônico (PAT-e); (ii) sistema de gestão da dívida ativa; e, (iii) sistema de consultas e execuções fiscais.

e) A melhoria e automatização dos procedimentos de atenção aos contribuintes, por meio de: (i) melhoria dos procedimentos de atenção aos contribuintes e (ii) integração dos 5 (cinco) sistemas que prestam serviços aos contribuintes.

f) A melhoria e automatização dos procedimentos de arrecadação, por meio da implantação de: (i) novo sistema de controle da arrecadação; (ii) procedimento automatizado de devolução do crédito de imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS); (iii) novo sistema de gestão do IPVA; (iv) novo sistema de gestão do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD); e, (v) automatização dos procedimentos de arrecadação de taxas.

Componente III. Administração Financeira e Gasto Público

Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e execução financeira. E, financiará:

a) A melhoria do planejamento orçamentário e financeiro, por meio de: (i) implantação de ferramentas econométricas para estimativa de gastos e receitas e (ii) automatização dos procedimentos de gestão de fluxo de caixa.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

b) A modernização do sistema de informação contábil do estado, por meio do desenvolvimento e implantação das seguintes funcionalidades no Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR): (i) variações patrimoniais; (ii) provisões, ativos e passivos contingentes; (iii) bens móveis e imóveis, incluindo depreciação e amortização; e, (iv) registro das obrigações por competência.

c) A melhoria da gestão da dívida pública, por meio de: (i) melhoria e automatização de seus procedimentos; (ii) a inclusão de funções para realizar projeções; e, (iii) a integração com o S2GPR.

d) A implantação de novos procedimentos automatizados para a estimativa e gestão dos custos dos serviços públicos prestados pelo Estado, apoiado por um sistema informatizado.

Foi celebrado Termo de Cooperação Técnica¹ que entre si celebram a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará e a Procuradoria Geral do Estado, visando a automatização dos procedimentos do controle da Dívida Ativa e da Execução Fiscal integrados com o Processo Administrativo Tributários Eletrônico-PAT-e, subproduto do Componente II.

O Plano de Financiamento se resume na tabela a seguir que distribui os recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local por categorias de investimento conforme orçamento vigente contratado.

Custo e Financiamento (em US\$)

CATEGORIAS	BANCO	CONTRAPARTIDA	TOTAL	%
A. Custos Diretos	68.880.290,00	7.000.000,00	75.880.290,00	98,55%
AI. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	27.004.207,00	3.333.333,00	30.337.540,00	
AII. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	34.172.683,00	3.666.667,00	37.839.350,00	
AIII. Administração Financeira e Gasto Público	7.703.400,00	-	7.703.400,00	
B. Gestão do Programa	418.000,00	-	418.000,00	0,54%
B1. Monitoramento	178.000,00	-	178.000,00	
B2. Avaliação	240.000,00	-	240.000,00	
C. Contigência	701.710,00	-	701.710,00	0,91%
Total	70.000.000,00	7.000.000,00	77.000.000,00	100%

As condições do financiamento contratado são as seguintes:

Mutuário	Estado do Ceará - CE
Fiador	República Federativa do Brasil
Executor	Secretaria de Fazenda do Governo do Estado do Ceará
Valor do financiamento	US\$ 70.000.000,000
Valor da contrapartida local	US\$ 7.000.000,00
Valor do Programa	US\$ 77.000.000,00
Data da assinatura do contrato	17 de outubro/2018
Prazo de execução	05 anos
Prazo de amortização	15 anos e 87 dias
Carência	05 anos e 06 meses após a data de assinatura
Taxa de juros	Variável (Baseada na LIBOR)

¹ Publicado no Diário Oficial nº.117, SÉRIE 3 ANO X, datado de 25/06/2018, página 52 e sua corrigenda no Diário Oficial nº.124, SÉRIE 3 ANO X, datado de 05/07/2018, atendendo à cláusula 4.07 – condições especiais de execução (CBR-3930/2018).

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

2. Principais Políticas Contábeis

2.1. Base de Contabilidade Caixa

As informações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “*IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa*”.

2.2. Unidade Monetária

Os registros do programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos e apresentados de acordo com cada Demonstrativo.

Os registros do programa são elaborados na moeda local. Entretanto, para fins de apresentação ao Banco, os valores são convertidos para a moeda de financiamento, e o método de conversão utilizado e a taxa de câmbio acordada entre o Banco e o Órgão Executor estão conforme a cláusula 3.03 das Disposições Especiais obedecendo aos critérios do artigo 4.10 do Capítulo I das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo descritos abaixo.

O Capítulo I das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo, artigo 4.10, e a cláusula 3.03 das Disposições Especiais tratam da Taxa de Câmbio, conforme descrito:

ARTIGO 4.10 das Normas Gerais. Taxa de Câmbio.

- (a) O Mutuário se compromete a justificar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor justifique as despesas efetuadas a débito do Empréstimo ou da Contrapartida Local, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo desembolso ou na Moeda de Aprovação.
- (b) A fim de determinar a equivalência de uma Despesa Elegível efetuado em Moeda Local do país do Mutuário na moeda em que se realizem os desembolsos ou na Moeda de Aprovação, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da Despesa Elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:
- (i) A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da Moeda de Aprovação ou moeda do desembolso na Moeda Local do país do Mutuário; ou
 - (ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na Moeda Local do país do Mutuário.
- (c) Nos casos em que se selecione a taxa de câmbio estabelecida no inciso (b)(i) deste Artigo, para os efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou o reembolso de despesas a débito do Empréstimo, será utilizada a taxa de câmbio acordada com o Banco nas Disposições Especiais.

CLÁUSULA 3.03 das Disposições Especiais. Taxa de câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Mutuário.

Para efeitos do disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, as Partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo. Para efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da *Contrapartida Local* ou do *reembolso de despesas a débito do Empréstimo*, a taxa de câmbio acordada será a taxa de câmbio na data efetiva em que o Mutuário, o Órgão Executor ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a quem se tenha delegado a faculdade de efetuar despesas, efetue os pagamentos respectivos a favor do empreiteiro, fornecedor ou beneficiário.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ **(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)**

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

Os demonstrativos financeiros evidenciam que as despesas incorridas em Moeda Local, tanto as despesas de Contrapartida como as do reembolso de despesas por parte do Empréstimo, foram registradas aplicando-se a taxa de câmbio *PTAX de compra* do Banco Central do Brasil para indicar o valor equivalente na Moeda de Aprovação.

2.3. Origens dos recursos

Registrados no exercício o de acordo com os respectivos recebimentos.

2.4. Aplicações de recursos

Os recursos aplicados no Programa são registrados em contas específicas, ao seu valor de custo em reais, quando do seu efetivo pagamento.

2.5. Empréstimos

Em contrapartida dos recursos recebidos é registrado o respectivo passivo, na conta de empréstimo, que é atualizado monetariamente, de acordo com os dispositivos do Contrato de Empréstimo nº 4436/OC-BR.

2.6. Fluxo de caixa

As origens e aplicações de recursos, mencionadas nos itens acima, bem como a demonstração dos investimentos do Programa foram elaboradas com base no regime de caixa

3. Fundos Disponíveis

Os demonstrativos financeiros de 2019 revelam os montantes recebidos no exercício referência e os respectivos desembolsos.

Durante o exercício, o BID aportou US\$ 5.017.203,94 de adiantamento e sua internalização foi liquidada em 17 de dezembro de 2019, a uma taxa de cambial de 4,0785, conforme contrato de câmbio nº.225018026, junto a Caixa Econômica Federal – CEF.

Consideram-se despesas elegíveis como recursos do Empréstimo, de acordo com a cláusula 3.02 das Disposições Especiais do contrato de empréstimo, os pagamentos realizados após 8 de dezembro de 2017 e antes do vencimento do prazo original de desembolsos, bem como os pagamentos consistentes na implantação do Centro Integrado de Operações Fiscais (CIOF) e Módulos Fiscais Eletrônicos (MFe), até o equivalente a US\$ 4 milhões, conforme inciso (b) da mesma cláusula, efetuados entre 26 de setembro e 8 de dezembro de 2017.

A cláusula 4.01 das Normas Gerais do contrato de empréstimo possibilita o reconhecimento por parte do BID, como recursos de Contrapartida Local, os pagamentos realizados após 8 de dezembro de 2017 e antes do vencimento do prazo original de desembolsos, como também despesas que tenham sido efetuadas entre 26 de setembro e 8 de dezembro de 2017 para atividades de pré-investimento, tais como consultorias e aquisição de equipamentos, até o equivalente US\$ 1.000.000,00.

O total de fundo disponível no ano de 2019 foi de US\$ 11.040.095,58, conforme a tabela abaixo:

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

Fundo Disponível durante 2019 por Fonte de Recurso (em US\$)

FONTE	TOTAL
BID – Saldo disponível 1º Adiantamento (Fluxo Caixa 2018)	5.296.458,92
BID – 2º Adiantamento	5.017.203,94
BID – Retorno financeiro de pagamento cancelado em 2018	1.554,82
(1) SubTotal BID	10.315.217,68
CONTRAPARTIDA – Rend. Aplicações Financeiras de 2018 ²	15.148,45
CONTRAPARTIDA – Rend. Aplicações Financeiras em 2019	197.374,75
CONTRAPARTIDA – Recurso aplicado <i>sem</i> rend. aplic. financ. ³	512.354,70
(2) SubTotal CONTRAPARTIDA	724.877,90
Total (=1+2)	11.040.095,58

De outra forma, a tabela abaixo apresenta o total do fundo disponível durante o exercício de 2019, verificado pelos totais dos demonstrativos financeiros, resultado do somatório do total de pagamentos efetivos em 2019 com o saldo total disponível em conta bancária ao final do exercício.

Fundo Disponível durante 2019 por Demonstrativo (em US\$)

DEMONSTRATIVO/Campo	TOTAL
Demonstrativo Investimentos Acumulados / Total do Movimento do exercício de 2019	5.586.657,75
Demonstrativo Fluxo de Caixa / Total do Saldo Disponível ao final do exercício	5.453.437,83
Total	11.040.095,58

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa evidencia o saldo total disponível em 31 de dezembro de 2019, aplicado na conta bancária 71.250-2, na Caixa Econômica Federal, conforme a tabela abaixo.

Fundo Disponível ao final de 2019 (em US\$)*

DEMONSTRATIVO/Campo	TOTAL
Demonstrativo Fluxo de Caixa / Saldo Disponível de Recurso Adiantado pelo BID	5.443.536,31
Demonstrativo Fluxo de Caixa / Saldo Disponível de Rendimento de Aplicações (<i>aporte suplementar de contrapartida</i>)	9.901,53
Total	5.453.437,83

* Alguns valores são afetados por questões de arredondamento nas equivalências cambiais.

Durante o exercício de 2019 foram registradas receitas provenientes de juros no total equivalente⁴ de US\$ 197.374,75. Desse valor, US\$ 187.473,22 foi transferido para o Tesouro e US\$ 9.901,53 permaneceu disponível e aplicado na conta bancária do Programa.

Vale ressaltar que os recursos foram aplicados em Certificados de Depósitos Bancários indexados pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

² Saldo de rendimento da aplicação financeira no início do ano 2019 na Conta 71.250-2 com equivalência em US\$ em 31/12/2018.

³ Desembolsos Locais líquidos dos rendimentos de aplicações financeiras transferidos e utilizados no ano (US\$ 202.621,67).

⁴ Cotação do Dólar em 31/12/2019: 4,0301. Fonte: Bacen - PTAX de compra.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

Salienta-se que, os US\$ 187.473,22 acima, acrescidos do valor de US\$ 15.148,45, referente aos rendimentos de 2018, resulta em US\$ 202.621,67 que é o total de rendimentos de aplicações financeiras transferidos para o Tesouro e utilizados como aporte suplementar de contrapartida LOCAL em 2019.

4. Pagamentos pendentes de justificativa

Em 31 de dezembro de 2019, o total de pagamentos BID pendentes de justificativa é de US\$ 341.089,80 e representado na seguinte solicitação de desembolso pendente de tramitação ou gastos efetuados não incluídos em tal solicitação:

Pagamento pendente de justificativa – Por Solicitação de Desembolso (em US\$)

	TOTAL
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº.06 ⁵	341.089,80
Gastos pagos não incluídos na Solicitação de Desembolso nº.06	0,00
Total	341.089,80

Segue tabela abaixo com o mesmo resultado por itens do Demonstrativo Fluxo de Caixa.

Pagamento pendente de justificativa – Por itens no DFC (em US\$)*

	TOTAL
Saldo Disponível no fim de 2018	5.296.458,92
(+) Desembolso BID em 2019	+5.017.203,94
(+) Pagto cancelado 2018 e retornado em 2019	+1.554,82
Fundo Disponível BID em 2019 (I)	10.315.217,68
Justificativa de Desembolso realizada em 2019	5.479.616,90
(-) Pagamentos realizados em 2018 e justificados em 2019 ⁶	(-) 949.025,32
Justificativa de Desembolso de pagamentos em 2019 (II)	4.530.591,58
Saldo Disponível no fim de 2019 (III)	5.443.536,31
Total⁷ (=I-II-III)	341.089,80

* Alguns valores são afetados por questões de arredondamento nas equivalências cambiais.

Esses pagamentos foram detalhados no anexo “Fundos Utilizados Pendentes de Justificativa ao BID” da “Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco”.

Não existem, até a presente data, gastos não elegíveis ao Programa.

⁵ Valor evidenciado também no item II do formulário “Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco” em 31/12/2019.

⁶ Pagamentos de 2018 que ficaram pendentes de justificativa no fim 2018 e foram justificados em 2019.

⁷ Valor evidenciado também no item II do formulário “Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco” em 31/12/2018.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

5. Adiantamentos e justificativas

Pagamentos referentes ao primeiro adiantamento de US\$ 6.247.039,06, creditados em 14 de dezembro 2018, da Solicitação de Desembolso nº.02, só foram justificados em 2019. E, em resposta à Solicitação de Desembolso nº.05, em 12 de novembro de 2019, o Banco creditou o segundo adiantamento no valor de US\$ 5.017.203,94, cuja liquidação ocorreu em 17 de dezembro de 2019.

Destaque-se que o valor US\$ 6.247.039,06 de Adiantamento é parte dos US\$ 8.604.301,79 apresentados na linha Desembolsos BID na Demonstração dos Fluxos de Caixa 2018 de acordo com a tabela abaixo.

Desembolsos BID durante o exercício de 2018 (em US\$)

	TOTAL
Adiantamento recebido	6.247.039,06
Reembolso recebido líquido do recurso a ser classificado como contrapartida	2.357.262,73
Total de Desembolsos BID efetivados	8.604.301,79

Durante 2019, os relatórios de Solicitação de Desembolso nº.03 e nº.04 comprovaram ao BID o total de US\$ 5.479.616,90 ⁸, gerando um saldo de adiantamento ainda não justificado no final do exercício de US\$ 5.784.626,10 ⁹.

Adiantamento e justificativas em 2019 (em US\$)*

	TOTAL
Saldo de adiantamentos no início do exercício	6.247.039,06
(-) Adiantamentos legalizados durante o exercício	5.479.616,90
(+) Adiantamentos recebidos	5.017.203,94
Saldo de adiantamentos no encerramento do exercício ¹⁰	5.784.626,10

* Alguns valores são afetados por questões de arredondamento nas equivalências cambiais.

6. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo do Estado do Ceará assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 7.000.000,00, como contrapartida local. Até 31 de dezembro de 2019, o Governo contribuiu com a importância de US\$ 5.045.831,82, o equivalente a 72% do total comprometido.

7. Ajustes de exercícios Anteriores

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa 2019 destaca o retorno de US\$ 1.554,82, referente ao crédito na conta bancária em 2019 de pagamento BID debitado em 26 de dezembro de 2018. Esse pagamento foi destacado no Fluxo de Caixa 2018 com o título de Pagamento cancelado e retornado em 2019, pois o recurso foi creditado na conta em 4 de janeiro de 2019 e pago efetivamente em 10 de janeiro de 2019.

O destaque desse valor contribui para explicar a diferença encontrada na conciliação realizada no item 12 abaixo.

⁸ Valores atualizados após reclassificação do valor US\$ 96.706,14 de BID para Contrapartida Local.

⁹ Mesmo valor do somatório de Saldo BID conta bancária (US\$ 5.443.536,31) mais pagamentos pendentes de justificativa (US\$ 341.089,80), diferenciando-se por arredondamento.

¹⁰ Valor evidenciado também no item IV do formulário “Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco” em 31/12/2019.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

8. Aquisição de Bens e Serviços

Todas as aquisições são realizadas nas modalidades previstas no Contrato de Empréstimo nº 4436/OC-BR, definidas na Cláusula 4.03 das disposições especiais – contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens e na Cláusula 4.04 – seleção e contratação de serviços de consultoria.

Os ativos estão inventariados e constam de relatório da unidade responsável pelo almoxarifado.

Os bens adquiridos e os serviços prestados com recursos do Programa são recebidos, conforme comprovantes de recebimento firmados pelas áreas de negócio, e encontram-se apensos a cada processo de pagamento.

9. Categorias de Investimentos ¹¹

O Demonstrativo de Investimentos Acumulados revela os saldos dos investimentos no projeto por componente e por fonte de financiamento, no início de cada exercício reportado, os movimentos ocorridos durante o exercício e os acumulados ao final do exercício.

Os movimentos do exercício 2019 constante no demonstrativo e os acumulados ao final de 2019 encontram-se destacados na tabela abaixo.

Movimento do Exercício 2019 e acumulados até o fim de 2019 (em US\$)*

CATEGORIAS	Movimentos do exercício 2019			Acumulados ao final de 2019		
	BANCO	LOCAL	TOTAL	BANCO	LOCAL	TOTAL
A. Custos Diretos	4.843.456,95	714.976,38	5.558.433,33	8.144.490,46	5.045.831,82	13.190.322,28
AI. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	1.473.633,06	237.223,64	1.710.856,70	2.180.558,53	1.207.310,99	3.387.869,52
AII. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	3.369.823,89	477.752,74	3.847.576,63	5.963.931,93	3.838.520,83	9.802.452,76
AIII. Administração Financeira e Gasto Público	-	-	-	-	-	-
B. Gestão do Programa	28.224,42	-	28.224,42	33.478,96	-	33.478,96
B1. Monitoramento	28.224,42	-	28.224,42	33.478,96	-	33.478,96
B2. Avaliação	-	-	-	-	-	-
C. Contigência	-	-	-	-	-	-
Total	4.871.681,37	714.976,37	5.586.657,75	8.177.969,42	5.045.831,82	13.223.801,24

* Alguns valores são afetados por questões de arredondamento nas equivalências cambiais.

10. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre os demonstrativos financeiros de 2019, na qual se identifica correlação entre as mesmas, não havendo diferença entre os seus valores de execução.

¹¹ Conforme “Instrutivos de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa”- maio 2017 -, o conceito de investimentos, no escopo desse instrutivo, inclui, em geral, a denominação das contas nas quais foram registrados os conceitos de uso dos recursos. Por conseguinte, contabilmente pode referir-se a obras em curso ou concluídas, ativos adquiridos e outros gastos que não necessariamente estejam representados em ativos ou bens tangíveis. Por exemplo: gastos com capacitação de consultores, despesas de funcionamento do Órgão Executor, etc .

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação entre os Demonstrativos Financeiros de 2019 (em US\$)*

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados no exercício)	4.871.681,37	714.976,37	5.586.657,75
Demonstrativo de Investimentos (Movimentos do exercício)	4.871.681,37	714.976,37	5.586.657,75
Diferença	0,00	0,00	0,00

* Alguns valores são afetados por questões de arredondamento nas equivalências cambiais.

11. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (LMS-1 Executive Financial Summary) por Categorias de Investimento

A comparação entre os registros do Programa e os do BID no final de 2019 apresenta diferenças principalmente em virtude dos investimentos ocorridos após o último registro do BID, com o recebimento da terceira e quarta solicitação de Desembolso, ambas prestações de contas, em 22 de agosto de 2019 e em 8 de novembro de 2019 respectivamente, bem como pela redução na reclassificação de pagamentos de 2017.

Conciliação entre os Registros do Programa e os do BID até 2019 (em US\$)*

CATEGORIAS	Acumulado ao final de 2019		
	INVESTIMENTOS ACUMULADOS (BID)	LMS-1 DISBURSED AMOUNT	DIFERENÇA
A. Custos Diretos	8.144.490,46	7.903.972,58	240.517,88
AI. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	2.180.558,53	1.997.887,67	182.670,86
AII. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	5.963.931,93	5.906.084,91	57.847,02
AIII. Administração Financeira e Gasto Público	-	-	-
B. Gestão do Programa	33.478,96	29.613,14	3.865,82
B1. Monitoramento	33.478,96	29.613,14	3.865,82
B2. Avaliação	-	-	-
C. Contigência	-	-	-
Total	8.177.969,42	7.933.585,72	244.383,70

* Alguns resultados de soma diferenciam nos centavos por questões de arredondamento nas equivalências cambiais originais.

Destaca-se novamente que o valor reportado no primeiro relatório de desembolso registrado de US\$ 2.453.968,87 foi reembolsado antes da identificação da reclassificação. Logo, o valor US\$ 96.706,14 reclassificado encontra-se no total LMS-1 – *Disbursed Amount*. A tabela seguinte demonstra os registros do programa até 2019 ajustados pela reclassificação.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses, exceto quando indicado de outra forma

Registros do Programa até 2019 (em US\$)*

CATEGORIAS	Investimentos Acumulados ao final de 2019 (BID)		
	Até Relatório Desembolso nº.4	Após Relatório Desembolso nº.4	TOTAL
A. Custos Diretos	7.807.266,50	337.223,95	8.144.490,46
AI. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	1.997.887,74	182.670,79	2.180.558,53
AII. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	5.809.378,76	154.553,16	5.963.931,93
AIII. Administração Financeira e Gasto Público	-	-	-
B. Gestão do Programa	29.613,12	3.865,84	33.478,96
B1. Monitoramento	29.613,12	3.865,84	33.478,96
B2. Avaliação	-	-	-
C. Contingência	-	-	-
Total	7.836.879,62	341.089,80	8.177.969,42

* Alguns resultados de soma diferenciam nos centavos por questões de arredondamento nas equivalências cambiais originais.

A tabela abaixo observa e explica as diferenças identificadas após conciliação entre os registros do Programa e os do BID até 2019 - após reclassificação dos US\$ 96.706,14.

Explicação das Diferenças entre os Registros até 2019 (em US\$)*

CATEGORIAS	Investimentos Acumulados ao final de 2018 (BID)	
	DIFERENÇA	EXPLICAÇÃO
AI. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	182.670,86	Pagamentos após Relatório Desembolso nº.4
AII. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	57.847,02	Pagamentos após Relatório Desembolso nº.4 (154.553,16) subtraindo a redução do valor registrado na reclassificação (96.706,14)
B1. Monitoramento	3.865,82	Pagamentos após Relatório Desembolso nº.4
Total	244.383,70	Sem a reclassificação a diferença passaria a ser US\$ 341.089,84

* Alguns resultados de soma diferenciam nos centavos por questões de arredondamento nas equivalências cambiais originais.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
(Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II)

Notas explicativas da administração às informações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019

Em dólares estadunidenses , exceto quando indicado de outra forma

12. Conciliação do Passivo a Favor do BID entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do LMS-1 e o registrado no campo “Total de Recursos Recebidos” – Coluna BID da Demonstração de Fluxos de Caixa

Conciliação do Passivo a favor do BID até 2019 (em US\$)

DESCRIÇÃO	BID
LSM-1 - Executive Financial Summary <i>(Disbursed life)</i>	13.718.211,87
Demonstrativo de Fluxo de Caixa (Total Recursos Recebidos - BID)	13.719.766,69
Diferença	1.554,82

A diferença de US\$ 1.554,82 refere-se ao ajuste de exercício anterior destacado e explicado no item 7 acima.

13. Outras Considerações / Esclarecimentos

Os demonstrativos financeiros de 2019 foram revisados e disponibilizados para serem auditados em 2020 por não-objeção do BID à solicitação de dispensa do Relatório de Auditoria Externa do Programa conforme CBR-79/2019, de 17 de janeiro de 2019¹².

Não houve eventos subsequentes ocorridos entre a data do encerramento do exercício e a data da elaboração das demonstrações financeiras que possam afetar a situação financeira do Programa.

¹² Em resposta a primeira solicitação de *waiver* (dispensa do cumprimento de exigências contratuais em empréstimos internacionais), por meio do ofício ADINS nº.001 de 07/01/19.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019

1. População e amostra dos testes de auditoria

a) Critérios de seleção

O critério de seleção utilizado para a amostra das despesas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi o de relevância dos valores;

b) Despesas examinadas

Encontra-se no item 4, deste anexo, a relação das despesas examinadas pela empresa de auditoria.

c) Cobertura dos testes da empresa de auditoria por Solicitação de Desembolso

Efetuamos a proporção da materialidade por base de seleção, tomando por base o total de desembolsos, conforme racional apresentado abaixo:

Composição do saldo	Desembolsos incorridos (US\$)	Valores testados (US\$)	Cobertura
Base justificada	6.794.277	6.378.785	94%
Base pendente de justificativa	345.915	299.348	87%
Total	7.140.192	6.678.133	94%

2. Procedimentos efetuados pela empresa de auditoria para avaliação do ambiente de controles internos

Para as atividades de controle interno, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- Avaliados os procedimentos de controle manuais ou computadorizados destinados a assegurar a integridade dos lançamentos contábeis.
- Avaliadas as políticas e procedimentos de controles internos definidos pela alta administração, BID e do órgão executor.
- Elaboração detalhada de fluxo da operação, com base em entrevistas, manuais normativos ou descrições de processos.
- Avaliação para os componentes relevantes de cada etapa do fluxo da operação, identificando os controles-chave que podem proporcionar maior satisfação de auditoria, bem como eventuais riscos no processo.
- Testes para todos os controles-chave identificados, com base em amostras tendo como finalidade a obtenção de satisfação de auditoria sobre objetivos tais como: autorização, valor correto, integridade, valorização, exercício certo e existência.

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019

3. Procedimentos efetuados pela empresa de auditoria para análise dos desembolsos e processos de aquisições

Para os itens testados, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- Inspeção a documentação suporte dos desembolsos, atentando para sua descrição de acordo com a natureza do gasto, seu registro e seu arquivamento;
- Verificação da taxa de câmbio utilizada para registro dos desembolsos realizados no exercício;
- Verificação da existência de pagamentos duplicados de uma fatura ou de um contrato de fornecedores de bens ou serviços;
- Verificação se os procedimentos de seleção e contratação de serviços foram efetuados de acordo com os procedimentos previstos no contrato de empréstimo e no regulamento operacional do projeto;
- Verificação da inexistência de pagamentos considerados indevidos pelo Banco;
- Verificação se as solicitações de desembolso foram elaboradas de acordo com o Guia para preparação de pedidos de desembolso;
- Verificação se os cálculos aritméticos das solicitações de desembolso estavam corretos; e
- Verificação da não objeção do BID nas autorizações de licitações apresentadas.

4. Relação das despesas examinadas pela empresa de auditoria

Justificados

NUM_SOLICITACAO	NOM_CREDOR	NUM_NOTA	DAT_PAGTO	VLR_EM_DOLAR
4	MODULO SECURITY	NFS 5690	18/09/2019	699.896,49
3	GOLDEN TECNOLOGIA	NFS 48	05/06/2019	301.238,58
3	TORINO INFORMATICA LTDA	DANFE 74361	06/02/2019	253.246,75
4	LANLINK SOLUÇÕES	DANFENº 2061	06/11/2019	234.911,79
4	MASTER CONSTRUÇÕES	NFS 6868	01/11/2019	210.258,63
3	COMPSIS	NFS 2867	21/12/2018	150.189,35
3	COMPSIS	NFS 2869	21/12/2018	150.189,35
3	DELL	DANFE 7487640	21/12/2018	104.519,48
3	COMPSIS	3036	05/06/2019	79.135,59
3	COMPSIS	NF 1111	21/08/2019	75.019,79
3	COMPSIS	NFS 943	13/03/2019	75.019,79
3	COMPSIS	NFS 857	19/12/2018	75.019,79
3	COMPSIS	NFS 836	19/12/2018	75.019,79
3	COMPSIS	NFS 886	26/12/2018	75.019,79
3	COMPSIS	NFS 985	24/04/2019	75.019,79
3	COMPSIS	NFS 1019	05/06/2019	75.019,79
3	COMPSIS	NFS 1059	03/07/2019	75.019,79
4	COMPSIS	NFS 1149	18/09/2019	65.523,61
4	COMPSIS	NFS 1148	18/09/2019	65.523,61
4	COMPSIS	NF 1155	09/10/2019	65.523,61
4	COMPSIS	NF 1154	09/10/2019	65.523,61
4	COMPSIS	NF 1153	09/10/2019	65.523,54
3	COMPSIS	NFS 2941	13/02/2019	67.398,62
4	MASTER CONSTRUÇÕES	NFS 6866	01/11/2019	65.130,08
3	MASTER CONSTRUÇÕES	NFS 6539 E 6543	08/05/2019	55.948,83
3	COMPSIS	NFS 3080	05/06/2019	51.592,95
4	COMPSIS	NF 1157	02/10/2019	50.766,74
3	COMPSIS	NF 1110	21/08/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 885	21/12/2018	50.766,66
3	COMPSIS	NF 884	21/12/2018	50.550,01
3	COMPSIS	NFS 856	19/12/2018	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 923	13/02/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 837	19/12/2018	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 835	07/11/2018	52.001,18
3	COMPSIS	NFS 971	03/04/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 970	03/04/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 991	02/05/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 1018	05/06/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 1058	03/07/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 1084	07/08/2019	50.766,66
4	COMPSIS	NFS 1147	18/09/2019	50.766,66
3	COMPSIS	NFS 3040	02/05/2019	49.251,51
3	COMPSIS	NF 3166	21/08/2019	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 2868	21/12/2018	50.548,74

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019

NUM SOLICITACAO	NOM CREDOR	NUM NOTA	DAT PAGTO	VLR EM DOLAR
3	COMPSIS	NFS 2819	19/12/2018	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 2937	13/02/2019	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 2803	19/12/2018	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 3011	03/04/2019	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 3007	03/04/2019	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 3041	02/05/2019	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 3079	05/06/2019	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 3122	03/07/2019	50.548,74
3	COMPSIS	NFS 3138	07/08/2019	50.548,74
4	COMPSIS	NF 40	02/10/2019	50.548,74
4	COMPSIS	N F S.. 27	18/09/2019	50.548,74
3	CTIS TECNOLOGIA S/A	DANFE 138875	10/07/2019	50.423,38
3	COMPSIS	NFS 3119	03/07/2019	49.155,82
3	MÓDULO SECURITY	NFS 5278	19/12/2018	48.007,32
4	COMPSIS	NFS 42	02/10/2019	47.331,17
3	COMPSIS	2870	21/12/2018	44.235,45
3	COMPSIS	NFS 3120	03/07/2019	43.093,25
3	COMPSIS	NFS 3082	05/06/2019	42.941,44
3	COMPSIS	NFS 2939	13/02/2019	44.478,40
3	COMPSIS	NFS 3010	03/04/2019	43.136,99
3	COMPSIS	NFS 3042	02/05/2019	41.816,02
3	COMPSIS	NFS 3014	03/04/2019	43.136,99
3	COMPSIS	NFS 2817	05/12/2018	42.997,13
3	COMPSIS	NFS 2801	07/11/2018	44.105,63
3	COMPSIS	NFS 2864	21/12/2018	42.874,80
3	COMPSIS	2804	19/12/2018	42.637,56
3	MÓDULO SECURITY	NFS 5466	08/05/2019	42.142,72
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NF 525 E OUTROS	21/12/2018	41.217,86
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 572	06/08/2019	35.482,43
3	COMPSIS	NFS 2802	07/11/2018	31.714,28
3	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	7621	07/08/2019	29.127,86
3	COMPSIS	NF 1113	21/08/2019	28.488,53
3	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NF 7010	21/12/2018	27.539,06
3	AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTDA	NFS 8271	17/04/2019	26.341,71
3	COMPSIS	NFS 2874	26/12/2018	23.665,58
4	COMPSIS	NFS 43	02/10/2019	23.665,58
3	COMPSIS	NF 3168	21/08/2019	23.387,99
4	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 608	18/09/2019	20.558,57
4	COMPSIS	NFS 1156	09/10/2019	18.992,35
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 551 E 554	13/02/2019	18.806,09
3	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NFS 7300	19/06/2019	18.641,83
4	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NFS 7792	01/11/2019	18.182,84
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 527	19/12/2018	16.803,77
3	AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTDA	NFS 8303	15/05/2019	16.374,03
4	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 597	28/08/2019	14.993,42
3	AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCACAO LTDA	NFS 8422	03/07/2019	14.634,29
3	COMPSIS	NF 3167	21/08/2019	14.212,52
3	COMPSIS	NFS 2820	19/12/2018	14.212,52
3	COMPSIS	NFS 2938	13/02/2019	14.212,52
3	COMPSIS	NFS 3013	03/04/2019	14.212,52
3	COMPSIS	NFS 3008	03/04/2019	14.212,52
3	COMPSIS	NFS 3121	03/07/2019	14.212,52
3	COMPSIS	NFS 3123	03/07/2019	14.212,52
3	COMPSIS	NFS 3141	07/08/2019	14.212,52
4	COMPSIS	NFS 41	02/10/2019	14.212,52
3	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NFS 7231	03/04/2019	13.769,53
4	CTIS TECNOLOGIA S/A	DANFE 157236	02/10/2019	12.485,65
4	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NFS 7685	25/09/2019	11.474,61
4	TESOURO ESTADUAL	NFS 5690	18/09/2019	10.658,32
3	COMPSIS	NFS 3118	03/07/2019	10.328,78
3	COMPSIS	NFS 2865	21/12/2018	10.276,42
4	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NF 614	02/10/2019	10.279,29
4	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 610	18/09/2019	10.279,29
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	558	13/03/2019	10.254,64
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 562	08/05/2019	10.254,64
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 571	06/08/2019	10.254,64
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 582	06/08/2019	10.252,50
3	VECTRA CONSULTORIA E SERVIÇOS	NF 6731	21/08/2019	10.061,49
4	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NFS 7863	01/11/2019	9.532,75
4	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NF 7544	07/08/2019	9.277,79
4	AG SOLUÇÕES E GESTÃO EMPRESARIAL	NF 361	06/11/2019	9.162,70
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NF 543	21/12/2018	8.657,94
4	FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	NFS 2376	16/10/2019	8.207,79
3	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	7619	07/08/2019	7.943,96
4	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NFS 7779	25/09/2019	7.943,96
4	LANLINK SOLUÇÕES	DANFENº 2080	06/11/2019	5.311,96
3	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NF 7649	21/08/2019	5.295,97
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 567	17/04/2019	5.171,36
3	MASTER CONSTRUÇÕES	NFS 6540	08/05/2019	5.072,04
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 568	17/04/2019	4.968,85
3	P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 566	08/05/2019	4.643,55
4	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVAL	NFS 6868	01/11/2019	4.621,07
3	LUIS PEDRO TAKADA	NF 992/2019	13/02/2019	4.458,62
3	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	7620	07/08/2019	3.707,18
4	TESOURO ESTADUAL	NFS 6868	01/11/2019	3.465,80
4	ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NFS 7780	25/09/2019	3.106,97
3	SUCCESSO TI	DANFENº 820	24/04/2019	2.825,97
4	MASTER CONSTRUÇÕES	NFS 6869	01/11/2019	2.758,70
3	C4MEDIA BRASIL	NFS 926	29/05/2019	2.522,18
4	TESOURO ESTADUAL	NFS 2867	21/12/2018	2.287,15
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE JATI	NFS 6539 E 6543	08/05/2019	2.268,20
3	CETREDE	NFS 1012	28/11/2018	2.024,77
3	Juliana de Vasconcelos Cruz Dourado	NE 7765/18 MAIO/19	19/06/2019	1.873,57
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	NFS 572	06/08/2019	1.663,94
Total Testado				6.378.785,21

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019

Base pendente de justificativa

NOM_CREDOR	NUM_NOTA	DAT_PAGTO	VLR_EM_DOLAR
COMPSIS	NF. 195	18/12/2019	76.117,43
COMPSIS	NFS.194	18/12/2019	76.117,43
INGRAM MICRO BRASIL LTDA	DANFE1083705	27/11/2019	63.183,27
FUNDACAO DOM CABRAL	NF 122714	18/12/2019	31.558,44
LANLINK SOLUÇÕES	DANFE2250	18/12/2019	25.485,29
P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NFS 627	13/11/2019	10.279,29
P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NF 636	18/12/2019	10.256,78
GARTNER DO BRASIL SERV DE PESQUISAS LTDA	NF 29935	04/12/2019	2.299,64
CETREDE	NF 1137	18/12/2019	1.929,03
TESOURO ESTADUAL	NF. 195	18/12/2019	1.159,15
TESOURO ESTADUAL	DANFE1083705	27/11/2019	962,18
Total Testado			299.347,93

Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Ceará - SEFAZ
Programa de modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Anexo I - Procedimentos dos auditores independentes aplicados sobre as informações financeiras básicas de 31 de dezembro de 2019

Não Justificados

NOM_CREDOR	NUM_NOTA	DAT_PAGTO	VLR_EM_DOLAR
COMPSIS	NFS 2867	21/12/2018	150.189,35
COMPSIS	NFS 2869	21/12/2018	150.189,35
DELL	DANFE 7 487 640	21/12/2018	104.519,48
COMPSIS	NFS 857	19/12/2018	75.019,79
COMPSIS	NFS 836	19/12/2018	75.019,79
COMPSIS	NFS 886	26/12/2018	75.019,79
COMPSIS	NFS 885	21/12/2018	50.766,66
COMPSIS	NF 884	21/12/2018	50.550,01
COMPSIS	NFS 856	19/12/2018	50.766,66
COMPSIS	NFS 837	19/12/2018	50.766,66
COMPSIS	NFS 835	07/11/2018	52.001,18
COMPSIS	NFS 2868	21/12/2018	50.548,74
COMPSIS	NFS 2819	19/12/2018	50.548,74
COMPSIS	NFS 2803	19/12/2018	50.548,74
MÓDULO SECURITY	NFS 5278	19/12/2018	48.007,32
COMPSIS	NFS 2870	21/12/2018	44.235,45
COMPSIS	NFS 2817	05/12/2018	42.997,13
COMPSIS	NFS 2801	07/11/2018	44.105,63
COMPSIS	NFS 2864	21/12/2018	42.874,80
COMPSIS	NFS 2804	19/12/2018	42.637,56
P4 PRO CONSULTORIA EM GERENCIAMENTO POR PROJETOS	NF 525 E OUTROS	21/12/2018	41.217,86
COMPSIS	NFS 2802	07/11/2018	31.714,28
ELOGROUP DESENV E CONSULTORIA LTDA	NF 7010	21/12/2018	27.539,06
COMPSIS	NFS 2874	26/12/2018	23.665,58
COMPSIS	NFS 2820	19/12/2018	14.212,52
COMPSIS	NFS 2818	05/12/2018	10.305,74
TESOURO ESTADUAL	NFS 2867	21/12/2018	2.287,15
CETREDE	NFS 1012	28/11/2018	2.024,77
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA	NFS 857	19/12/2018	1.554,82
Total Testado			1.455.834,61

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE

**(Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado
do Ceará – PROFISCO II CE)**

**Relatório dos auditores independentes sobre o estudo e
avaliação dos sistemas contábil e de controle interno
em conexão com o exame das informações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**



Relatório sobre o estudo e a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos

Aos Administradores

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE

(Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE)

Ao

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em conexão com o exame das informações financeiras do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE (“Programa”), compreendendo o demonstrativo de investimentos acumulados e da demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 do Programa, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos de auditoria dos Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, apresentamos nosso relatório com recomendações para o aprimoramento dos controles internos.

Em nosso exame, selecionamos procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas informações financeiras. Dentre esses procedimentos, obtivemos entendimento do Programa e do seu ambiente, o que inclui o controle interno do Programa, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas informações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das informações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Programa. Assim, embora não expressemos uma opinião ou conclusão sobre os controles internos do Programa, apresentamos recomendações para o aprimoramento dos controles internos resultantes das constatações feitas no decorrer de nossos trabalhos, quando aplicável.

Este relatório é suplementar ao nosso relatório dos auditores sobre as informações financeiras mencionadas.

A administração do Programa é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração das informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno. Controle interno no contexto das normas de auditoria é definido como o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos do Programa no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, no caso específico, com as políticas contábeis aplicáveis e Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

2 de 10



Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE
(Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE)
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Deficiência de controle interno existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas informações financeiras; ou (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas informações financeiras.

Os procedimentos de auditoria foram realizados em base de testes, com o propósito exclusivo mencionado no primeiro parágrafo, e, assim, estes não nos permitem necessariamente revelar todas as deficiências significativas dos sistemas contábeis e de controles internos do Programa. Novas avaliações ou estudos, em conexão com futuros exames ou revisões específicas e mais amplas, poderão, eventualmente, revelar outros aspectos passíveis de aprimoramento.

Para facilidade e conveniência, este relatório está estruturado da seguinte forma:

Anexo I – Descrição do ambiente de controles internos

A – Estrutura organizacional

B – Sistema de informações

C – Organograma

Anexo II

D – Recomendações destinadas ao aprimoramento dos sistemas contábeis e de controles internos

Para os tópicos relacionados no Anexo I, supracitados, os procedimentos de levantamento de informações e de avaliação do Programa foram realizados por meio de indagação, observação e obtenção de evidências julgadas necessárias por ocasião dos trabalhos. Nesse contexto, os procedimentos aplicados não representam um estudo específico para avaliar a efetividade dos controles internos existentes, tampouco têm o propósito de expressar opinião se as informações fornecidas pela administração asseguram um efetivo controle interno sobre o Programa. Consequentemente, o presente relatório restringe-se à interpretação das informações obtidas durante o processo de auditoria, mencionado anteriormente.


O presente relatório destina-se apenas à informação e uso da administração da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, não sendo destinado ao uso, nem podendo ser utilizado por outras partes que não expressamente especificadas.




Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE
(Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE)
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Aproveitamos a oportunidade para expressar nosso agradecimento pela cooperação que nos foi dispensada pela administração do Programa durante o período de nossos trabalhos.

Recife, 27 de julho de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Helena de Petribu Fraga Rocha
Contador CRC PE-020549/O-6

Anexo I

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE (Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE) Descrição do ambiente de controles internos

Sumário executivo

Nossos trabalhos incluíram a análise do ambiente de controles internos adotados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE para a execução das atividades relacionadas ao Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE, resultando em recomendações que visam a agregar valor aos processos internos.

Os trabalhos de entendimento do sistema de controles internos quanto ao desenho e implantação de políticas e procedimentos e avaliação de riscos e controles são realizados em conexão com o exame das informações financeiras do Programa.

Apresentamos a seguir uma descrição geral dos sistemas de controles internos da SEFAZ CE relacionados à gestão do Programa, que foram submetidos à nossa revisão.

A Estrutura organizacional

1 Descrição geral

A estrutura organizacional do Programa está diretamente ligada à estrutura da SEFAZ CE por meio da Unidade de Coordenação do Programa, uma vez que todos os processos são realizados por áreas descentralizadas. Todas as decisões nas quais existe a necessidade de conhecimento do BID são diretas e formalmente aprovadas pelos coordenadores do Programa.

As políticas e procedimentos encontram-se disponibilizados aos funcionários pela intranet da SEFAZ CE, porém não existem políticas específicas para o Programa, sendo utilizadas as mesmas da Companhia e do BID, quando aplicável.

O Gerenciamento Geral do Programa é exercido pela SEFAZ CE e os registros e execuções do Programa estão a cargo da Unidade de Coordenação do Programa – UCP, subordinada à mesma.

A UCP é composta de 4 (seis) coordenações, a Coordenadora do Programa e da UCP é a Sra. Sandra Maria Olímpio Machado e 3 coordenadores: Roger Mendes (Administrativo-financeiro), Sonia Sisnando (Técnica), Marcos Saraiva (Assistência de Monitoramento e informação).

2 Avaliação do processo de administração de riscos

A SEFAZ CE não possui um mapeamento formal de riscos e controles para as atividades efetuadas pelas áreas envolvidas no processo de execução do Programa.

Os riscos significativos referem-se à elaboração das informações financeiras e ao não cumprimento de normas do BID no desenvolvimento do Programa.

Quanto à avaliação do risco de fraude, há procedimentos e políticas formais para mitigação de risco. Todas as fases são acompanhadas pela administração.

Anexo I

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE (Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE) Descrição do ambiente de controles internos

3 Informação e comunicação

Os deveres e as responsabilidades de controle dos funcionários estão formalizados e disponibilizados para consulta na rede interna da SEFAZ CE.

Considerando a estrutura da SEFAZ CE, o canal de comunicação entre as áreas é direto, permitindo que as pessoas cumpram efetivamente as suas responsabilidades.

Os canais de comunicação com clientes, fornecedores ou outras partes externas, para transmitir informações sobre alterações nas necessidades da SEFAZ CE são abertos e adequados.

Todas as informações destinadas ao BID são formalmente aprovadas por meio de ofícios, devidamente assinados pelos gestores das áreas financeiras e técnica.

4 Monitoramento dos controles

O monitoramento dos controles internos é realizado durante a execução das atividades da UCP e ao identificar falhas é elaborado plano de ação para resolução. Quanto ao ambiente de tecnologia da informação, são utilizados dois sistemas que são acompanhados pelo departamento financeiro da SEFAZ CE e pela UCP.

5 Principais atividades de controles

As principais rotinas e procedimentos de controles são as seguintes:

(a) **Elaboração/aprovação de projetos**

Processo focado no controle de orçamentos e gerenciamento do plano de aquisições, bem como aos requerimentos do BID para possíveis necessidades dos projetos e suas possíveis modificações no decorrer da execução do Programa.

(b) **Contratação de prestadores de serviços**

Procedimentos relativos a editais, licitações e contratações de fornecedores ou prestadores de serviços são elaborados de acordo com o *guide line* do Banco, conforme o contrato de empréstimo nº 4436/OC-BR e são realizados pela Assessoria Jurídica da UCP.

(c) **Acompanhamento da prestação de serviços e medições**

A medição é o processo pelo qual são embasados todos os pagamentos efetuados pela SEFAZ CE. Não estão autorizados pagamentos sem as respectivas memórias de cálculo e aprovação do responsável pelo serviço prestado. As medições são processadas diretamente no sistema corporativo que gera as solicitações de pagamento automaticamente.

Anexo I

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE (Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE) Descrição do ambiente de controles internos

(d) Fluxo financeiro

A coordenação financeira é responsável pelo acompanhamento do fluxo financeiro do Programa. Existem níveis hierárquicos e de autoridade para o processamento de informações e transações financeiras. As regras estabelecidas exigem que as transações sejam aprovadas, no mínimo, pelo coordenador e gerente responsáveis da área financeira e pelo ordenador de despesas.

(e) Preparação de demonstrativos financeiros ao BID

Os relatórios e demonstrativos financeiros destinados ao BID são elaborados conforme modelos exigidos pelo Banco. Os relatórios elaborados e enviados ao BID possuem aprovação do gestor da UCP.

6 Responsabilidade pelos controles e limitação do nosso trabalho

A administração da SEFAZ CE é responsável pela implantação e pela operacionalização de sistemas de controles internos adequados, junto com a administradora do Programa. Uma estrutura efetiva de controles internos reduz a probabilidade de que erros, irregularidades ou atos ilegais ocorram ou permaneçam não detectados.

É importante reconhecer a existência de limitações inerentes a trabalhos de auditoria, que são elaborados em testes seletivos e, conseqüentemente, a detecção de erros, irregularidades ou atos ilegais, quando existente, estão sujeitos a essas limitações e à sua relevância.

Observamos certos aspectos descritos a seguir relacionados ao sistema de controle interno e sua operação, os quais consideramos condições que merecem ser informados, em conformidade com as normas internacionais de auditoria. Essas condições incluem assuntos que chamaram nossa atenção no que se refere a deficiências importantes na concepção ou operação do sistema de controle interno, que em nossa opinião poderiam afetar significativamente a capacidade do programa em registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma coerente com as afirmações da administração nas informações financeiras. Visando contribuir para um melhor desempenho, acompanhamento e controle do programa, recomendamos a adoção de providências para a sua implementação, relativamente às ocorrências descritas no Anexo II – Recomendações para o aprimoramento do ambiente de controles internos, com os respectivos comentários da administração.

B Sistema de informações

1 Adequação dos sistemas de processamento de dados para produzir informações operacionais, financeiras e contábeis oportunas e confiáveis

O acompanhamento do Programa é efetuado pela SEFAZ CE. Tal acompanhamento está evidenciado nos diversos relatórios semestrais e anuais que possuem informações de cunho físico, financeiro, gerencial e administrativo. A UCP utiliza o Sistema “S2GPR (Sistema de Gestão por Resultados)” para realizar os pagamentos da SEFAZ CE.

Anexo I

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE (Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE) Descrição do ambiente de controles internos

2 Capacidade da área de processamento de dados para registrar e manter informações adequadas sobre a documentação comprobatória das solicitações de desembolso

O sistema de processamento de dados utilizado permite um controle gerencial financeiro tanto em moeda nacional, quanto na moeda do financiamento. Dessa forma, possui uma completa estrutura para prestação de contas junto a cada órgão financiador, possibilitando um acompanhamento em separado, por fonte de recurso.

3 Capacidade do sistema financeiro e contábil para verificar, controlar e acompanhar todas as fontes e usos de fundos relacionados ao Programa, incluindo as transações do fundo rotativo relacionado com o financiamento

O sistema de processamento de dados possui módulo para detalhamento, acompanhamento e controle das atividades relacionadas ao Programa, considerando diferentes fontes e uso dos fundos. As despesas a serem alocadas no programa, seguem o cronograma de investimento, quanto aos seus componentes e fontes de recursos neles constantes. O sistema possibilita também o controle dos recursos, por fonte, na sua conta específica e os acompanhamentos sintético e analítico de investimento por empresa e saldo contratual.

4 Capacidade do sistema financeiro e contábil para cumprir os requisitos do BID, incluindo um plano específico de contas

Os controles são feitos no sistema e existem bloqueios para que as informações não sejam alteradas depois do fechamento das solicitações de desembolso.

C Organograma da SEFAZ CE

A execução do Programa e a contabilização dos recursos do financiamento do BID são efetuadas pela UCP.

A UCP, constituída e diretamente vinculada à SEFAZ CE, atua apoiada pelas seguintes Secretarias:

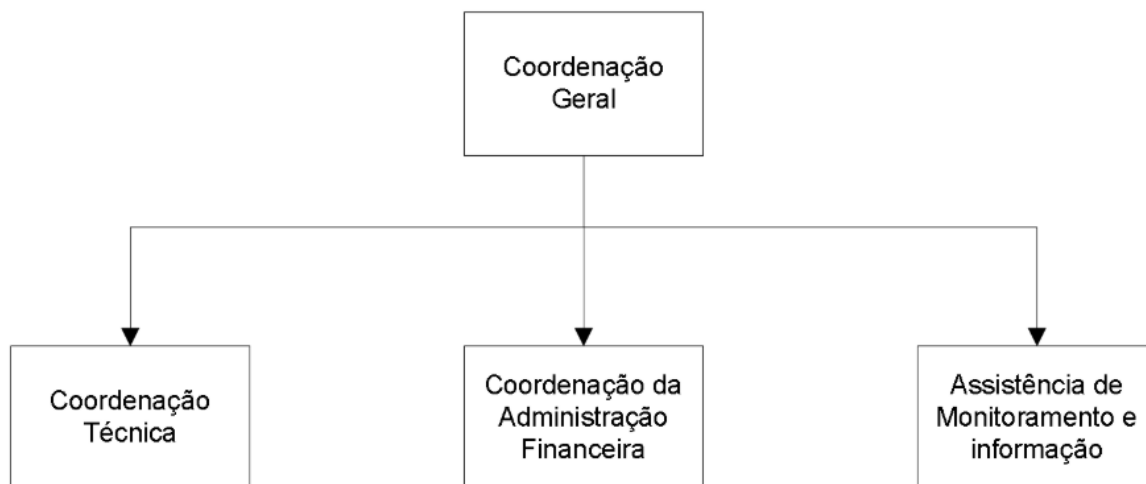
- . Secretaria Executiva da Receita;
- . Secretaria Executiva do Tesouro e Metas Fiscais;
- . Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna.

C.1 Organograma da UGP:

A UGP reporta-se diretamente à Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna, subordinada a Secretaria da Fazenda e apresenta o seguinte organograma:

Anexo I

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE
(Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará –
PROFISCO II CE)
Descrição do ambiente de controles internos



Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ CE
(Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará – PROFISCO II CE)
Descrição do ambiente de controles internos

D Recomendações destinadas ao aprimoramento dos sistemas contábeis e de controles internos

	Observação	Possível impacto	Recomendação	Benefício da Recomendação	Comentários da administração
1	<p>Despesas apresentadas nas informações de exercícios anteriores incluídas na demonstração de fluxo de caixa</p> <p>Verificamos que foram considerados montantes referente a desembolsos do BID, na demonstração dos fluxos de caixa apresentado como ajustes de exercícios anteriores, o qual havia sido apresentado nas informações financeiras de 2018.</p>	Incorreta apresentação dos saldos nas informações financeiras.	Recomendamos que os desembolsos apresentados nas informações financeiras anteriores não justificados ainda, não sejam incluídos como “ajuste de exercício anterior” nas informações financeiras seguintes.	Correta apresentação dos saldos nas informações financeiras.	Ok. Seguiremos as recomendações sugeridas.
2	<p>Patamar de comprometimento do Governo do Estado em valores superiores ao orçamento do exercício.</p> <p>A disponibilização de recursos de aporte local executada no período ficou acima do valor orçado, visto que, o patamar de comprometimento com o programa, se considerado os desembolsos de forma acumulada do PROFISCO II até a data de 31 de dezembro de 2019, apresenta um superávit de 29% na contribuição local em relação ao patamar de participação previsto no contrato de Empréstimo do BID. Em adicional, o volume de aporte do Governo do Estado de Ceará está em 48% acima do orçamento total acumulado, que de acordo com a composição do Programa, prevê uma participação da contrapartida local 9,09%.</p>	Desequilíbrio econômico em relação aos desembolsos e aportes de recursos da contrapartida local (Governo do Estado do Ceará).	Recomenda-se comunicar formalmente ao BID e à Contrapartida local sobre os patamares de participação realizados (acumulado), a fim de manter alinhadas as obrigações contratuais relacionadas ao orçamento anual do Programa.	Evitar a utilização dos valores em áreas indevidas, em decorrência do adiantamento do orçamento destinado ao Governo do Estado do Ceará.	<p>Destacamos que os valores superiores disponibilizados pelo Governo do Estado relativo à contrapartida local no exercício de 2019 significa que o compromisso foi cumprido antecipadamente.</p> <p>Informamos que no decorrer da execução do Programa, os valores de aportes de recursos da contrapartida local, superiores ao orçamento serão ajustados.</p>